

11
2011

R

Revista de História da Sociedade e da Cultura



Centro de História da Sociedade e da Cultura
Universidade de Coimbra

Coimbra

o que será precioso para a continuação da investigação sobre estes temas. Este livro sabe tornar simples (embora quem esquematiza sabe que, aqui e além, também distorce um bocadinho) aquilo que é muito complexo. E fá-lo com grande conhecimento de causa e tirando sempre partido de uma observação da história portuguesa que é feita à escala peninsular, e não meramente local, o que enriquece bastante o trabalho.

Por fim, quero dizer que *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média* é um livro repleto de pequenos episódios deliciosos, desde a aclamação do príncipe Afonso Henriques (então com apenas 30 anos de idade) antes da batalha de Ourique até à história do marinheiro que, em poucas horas, atravessou seis vezes o rio Tejo a nado, de madrugada, para transmitir mensagens entre o Mestre de Avis (que estava cercado em Lisboa) e a guarnição sitiada de Almada, passando pelo ‘raptó’ da rainha D. Mécia Lopez de Haro (esposa de D. Sancho II) em Coimbra, em 1246, provavelmente com o seu consentimento e graças à ousadia de um ‘comando’ chefiado por Raimundo Viegas de Portocarreiro, disfarçado com as armas dos Soverosa para enganar a guarnição da praça que constituía o principal reduto dos apoiantes d’ *O Capelo*...

Trata-se, em suma, de um excelente livro de informação, de cultura geral (para quem gosta de História de Portugal e da Península Ibérica), mas também de um livro muito adequado e até bastante estimulante para os nossos actuais alunos universitários. É um livro original, extremamente bem fundamentado mas nada cansativo, dirigido a um público muito amplo e que merece ter sucesso, a exemplo de outros grandes títulos de História editados nos últimos anos pela Esfera dos Livros.

João Gouveia Monteiro

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
jgmonteiro@mail.telepac.pt

VAINFAS, Ronaldo – *Jerusalém colonial. Judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 (376 pgs.)

O mais recente estudo de Ronaldo Vainfas, professor titular de História Moderna na Universidade Federal Fluminense e um dos mais consagrados

historiadores brasileiros da actualidade, é um texto muito bem escrito, qualidade que vai rareando, infelizmente, na produção historiográfica do imenso Brasil.

Na *Introdução*, primorosa do ponto de vista conceptual, colhem-se os pressupostos estruturadores da proposta analítica da pesquisa efectuada. Destaco algumas dessas linhas (com as quais me identifico): trata-se de uma História “documentada e interpretativa”, que procura conciliar visões de síntese com a microanálise, “verticalizando o estudo de casos particulares” (p. 10), ou seja, praticando o que Revel já definiu como “jogos de escalas”. Tudo bem escorado num sólido conhecimento da bibliografia preexistente, pois, como exemplarmente escreve o autor, “nenhum historiador pode realizar qualquer inovação sem levar a sério o que escreveram os historiadores antigos” (p. 12). Verdade cada vez mais esquecida por muitos ditos historiadores apressados, para não escrever ignorantes. E é a partir deste robusto suporte que Vainfas monta a problematização das suas indagações, o que é outra das riquezas da obra. Este é um livro que procura equacionar e resolver problemas, uma História problematizante (destaco, entre tantos outros, o da construção e desconstrução de identidades de muitos descendentes de judeus portugueses em diáspora entre a velha pátria, a Holanda e o Brasil, aqui tão bem percebido). Sugeriria apenas nesta exemplar *Introdução* que a explicitação da estrutura narrativa do livro não fosse tão magra (tal como está é quase anorética) e compaginasse melhor os conteúdos de cada capítulo com a problemática geral da análise previamente definida.

O capítulo 1 “Jerusalém do Norte” apresenta o quadro macro-analítico do que era a comunidade de descendentes de judeus portugueses que vivia na Holanda, uma região sem dúvida de maior tolerância religiosa do que aquela que se experimentava então no mundo ibérico, mas onde também se verificaram massacres de católicos e ofensivas de iconoclastia, como Vainfas refere (p. 24-25), num esforço para desconstruir alguns mitos sobre a tolerância (“mais do que liberdade religiosa”) dos Países Baixos calvinistas. É uma incursão muito clara, bem informada, basicamente construída a partir de estudos anteriormente produzidos por especialistas, que o autor bem conhece, e que consente ao leitor ter um panorama do universo em que se movimentavam e de onde eram originários os indivíduos cujos percursos virão a ser escalpelizados mais adiante, os quais, na sua

maioria, abandonaram a sua roupagem cristã e regressaram ao judaísmo dos antepassados, transformando-se em “judeus novos” (conceito retomado de Yosef Kaplan). Pese embora a comunidade de Amesterdão, cidade onde viveu a maioria, ser heterogénea (p. 57), falar português em casa, rezando em castelhano na sinagoga (p. 67) e mantendo outras marcas da sua origem ibérica para além da língua, como as saudades da sua terra, o apreço por formas diferenciadas de tratamento, a prática da escravatura, e até, por estranho que isso possa parecer, alguma preocupação com o destino da alma, o que não se concilia com o judaísmo que seguiam (p. 71-72). Neste capítulo, porventura, poderia corrigir-se a designação de “classes” (p. 22 e 29) para caracterizar os grupos que compunham a sociedade dos séculos XV-XVI e era desejável evitar uma ou outra imprecisão. Ao contrário do que o autor escreve, no primeiro auto-da-fé de Lisboa, em 1540, não foram condenados à fogueira “dezenas de cristãos-novos” (p. 30), nem o breve papal de 1547 a que se alude “eximiu os cristãos-novos do foro inquisitorial”, (antes lhes concedeu uma perdão relativamente a erros do passado) (p. 31) e a Inquisição Romana é de 1542 e não 1543 (p. 32).

O capítulo 2 “Diáspora pernambucana”, na mesma linha do anterior, visa descrever e explicar a fixação dos judeus portugueses oriundos da Holanda pelo Pernambuco e Paraíba, no Brasil, zona da importante produção açucareira, na sequência das conquistas holandeses daquelas regiões, a qual teve o seu início em 1635, com os primeiros contingentes a fixarem-se, principalmente, no Recife. Como fica bem evidenciado, esta conquista foi apoiada pelos judeus portugueses de Amesterdão, não tendo recebido idêntica adesão por parte dos cristãos-novos já residentes em solo brasileiro (p. 93). Sobretudo após a chegada de Nassau, aqui explicada, instalou-se nesta “nova Holanda” um ambiente de tolerância religiosa na linha da vivida nos Países Baixos. Por aqui são analisados aspectos como a sociologia histórica dos judeus portugueses no Brasil holandês, o seu fortíssimo envolvimento nas actividades da WIC (Companhia das Índias Ocidentais), a identificação dos mais poderosos judeus portugueses no Brasil Holandês, as actividades económicas a que se dedicavam (incluindo a introdução do comércio de produtos até então invulgares, como a cerveja, o tráfego de escravos ou, mais raramente, a produção agrícola da cana de açúcar – poucos foram senhores de engenhos),

sublinhando que, ao contrário do que certas imagens sugerem, a maioria não eram comerciantes de grosso trato. De facto, apenas 14% desta comunidade poderia ser classificada nesta categoria (p. 112) e o seu grande trunfo teria sido o bilinguismo (p. 132), isto é, entenderem e falarem tanto o português como o holandês, o que lhes dava uma invulgar capacidade de mediação entre quem já morava no Brasil e o novo poder que passou a governar a região. É discutível a opção feita de inserir esta análise das actividades económicas dos judeus no Brasil neste capítulo e não no seguinte, sendo que, em bom rigor, este capítulo é mais uma leitura centrada na vida económica do que na “dimensão sociológica” das comunidades.

O capítulo 3 “Jerusalém no Brasil” centra-se na vida religiosa dos judeus portugueses chegados de Amesterdão e que se fixaram na Jerusalém colonial, traçando um cuidadoso retratato de cariz macro (sempre as escalas) da organização e direcção da comunidade judaica, da sinagoga do Recife, a *Zur Israel*, a primeira que se estabeleceu em toda a América, em 1636, e que teve, a partir de 1642, por primeiro rabi oficial Isaac Aboab da Fonseca (natural de Castro Daire e um dos primeiros judeus novos de Amesterdão). Antes, o primeiro rabino “informal” foi Arão de Pina (p. 145). Nesta linha o autor discorre sobre os membros que frequentavam a singoga, a vida quotidiana neste espaço, com destaque para as festas, os rituais de circuncisão e casamento, as orações, etc. Sublinho a clareza das explicações fornecidas a respeito da religiosidade judaica, que a partir daqui são facilmente compreensíveis por não iniciados, concluindo que boa parte dos judeus novos talvez não tivessem assimilado plenamente o judaísmo pelo facto de o terem aprendido apressadamente. Pelo que, escreve, “neste sentido muitos judeus novos eram ainda marranos”, isto é, “tinham a identidade dupla dos cristãos-novos perdidos entre a lembrança de uma religião (judaica) que jamais tinham professado [pelo menos livremente, acrescentaria eu] e o catolicismo que lhes fora imposto” (p. 182). Sempre a questão difícil da identidade. A avaliação e a argumentação são fortes, mas parecem apenas suportadas em dados colhidos em fontes inquisitoriais o que levanta alguns problemas à sua interpretação. É que, compreensivelmente, os depoimentos dos réus e das testemunhas deste tipo de processos podiam, propositadamente, ser dissimulados ou incompletos, conduzindo a uma visão que não corresponderia exactamente à realidade.

Neste rico capítulo explicam-se ainda as relações entre os “judeus novos” vindos da Holanda e os “cristãos-novos” do Brasil – assegurando que aqui foi mais “complicada do que na Holanda” (p. 186) – e também a comunicação com os católicos do Brasil Holandês, pois o catolicismo foi permitido desde 1644. Neste aspecto foi enaltecido o papel de frei Manuel Calado, defensor do culto católico em Pernambuco, não hostilizando publicamente a sinagoga antes a “combatendo” com “discrição” (p. 192). Ao invés, o bispo D. Pedro da Silva era mais activo e vigiava tanto os cristãos-novos como os judeus, enviando informação para a Inquisição de Lisboa, para onde remeteu alguns presos, depois de 1645. No Recife também a luta entre calvinistas e judeus foi acirrada (p. 194) devido à insegurança que os primeiros manifestavam no Brasil. E até foram visíveis conflitos de “judeus contra judeus” que opuseram a Zur Israel, do Recife, e a Maghen Abraham, de cidade Maurícia, rivalidade que nasceu na década de 30 e se acentuou na seguinte, sublinhando que em praticamente todos estes conflitos Nassau tendeu a favorecer os judeus. Na prática, este capítulo também permite confirmar como o Recife holandês foi um espaço de interacção e disputa de três religiões: a igreja reformada (calvinista), a católica e o judaísmo sefardita.

O capítulo 4 “Identidades fragmentadas” transforma radicalmente a escala de observação. Passa-se do macro ao micro. Trata-se, como já referido, de excelente opção metodológica, pois lentes diversas permitem ao historiador observar paisagens distintas. Vainfas segue aqui percursos individuais de alguns judeus novos. Não de ilustres e fartamente abastados. Optou assim, e bem, em defesa de um primado de originalidade. É que os “famosos” já foram estudados anteriormente por outros. A escolha recaiu sobre gente mais modesta e ignorada até ao presente, como Abraão Bueno (aliás Diogo Henriques), Abraão Mendes (Gabriel Mendes), Samuel Velho (João Nunes Velho), David Francês (Miguel Francês). A perseguição começou em 13 de Junho de 1645 quando, após a Restauração de 1640, se iniciou a rebelião contra a presença holandesa no Pernambuco, facto “macro” que transformou tantas vidas de judeus novos que com ele não contavam. Nessa altura boa parte dos judeus novos regressaram a Amesterdão. Cerca de 650 permaneceram e ajudaram os holandeses na guerra contra os portugueses. Isso significou o princípio do fim para muitos deles. A narrativa nesta parte do livro é aliciante e entusiasma. Aqui se encontram

extraordinários e diferentes percursos de vida, dilemas de identidade de quem várias vezes mudou de pátria, nome e religião, a agitação, o desespero e também as alegrias de quem foi obrigado a alterar a vida e a largar familiares e amigos. Gente que viajou do catolicismo em que nasceu ao judaísmo e deste retornou ao princípio, como se tivessem “comprado bilhete de ida e volta” (p. 263). A força e vigor da escrita são marca da prosa de Vainfas. Que tem o cuidado de deixar claro que nem todos eram “exemplares” “heróis” ou sequer “mártires”. Também houve impressionantes delatores, como Miguel Francês (p. 248-262). E este é aspecto a realçar, tanto mais que se trata de dimensão normalmente escondida por tendências historiográficas mais preocupadas em mostrar a severidade da violência inquisitorial e a heroicidade dos críticos-novos judaizantes. Como é evidente e natural a história dos cristãos-novos e judeus novos portugueses não teve apenas heróis. Nem todos foram como Isaac de Castro – apesar de aqui a sua biografia, muito mitificada em estudos anteriores (Lipiner, sobretudo), ter sido decapada desses traços – que morreu relaxado em Lisboa, em 1647, na fé judaica em que pertinaz e convictamente quis. Eis outro importantíssimo mérito do estudo de Vainfas, sinal da busca da máxima possibilidade de alcançar a verdade com que todo o historiador deve estar comprometido.

A maioria das informações que autorizaram esta “verticalização” pelas biografias foram colhidas nos processos inquisitoriais de que os indivíduos estudados foram vítimas. Até que ponto esses dados, obtidos em circunstâncias especiais (testemunhas nem sempre isentas, delações de quem estava preso, confissões pessoais dos biografados recolhidas durante processos judiciais por vezes sob tortura ou, pelo menos sob a certeza da sua possibilidade) não mereciam ser cotejadas com outras que consentissem certificar melhor as “paisagens” que foi possível recompor a partir destes fragmentos de vidas colhidos nos processos do Santo Ofício? E não merecia o leitor, para efeitos de uma mais ajuizada avaliação, conhecer exactamente em que fase do processo inquisitorial e por quem foram fornecidos os dados que o autor carrega para a sua reconstituição?

Todos estes percursos comprovam uma revelação que o autor optou por colocar logo a abrir o capítulo, a qual, em geral, confirma o que se passava também no reino: “Nenhum judeu ilustre [entenda-se muito rico e poderoso] do Brasil holandês foi perseguido pelo Santo Ofício que não tinha como

alcançá-los” (p. 221). Para a maioria dos leitores, que não para os avisados e conhecedores profundos da história da Inquisição, esta era uma instituição poderosíssima e imparável que tinha, evidentemente, os seus limites. Não é rigoroso acusá-la de todos os males e excessos, sem que isso, bem entendido, oculte o seu terrível cariz e iníquas perseguições que moveu em nome da preservação e defesa da “pureza da fé”. A perspicácia e saber do autor não o podiam deixar de assinalar.

O capítulo 5 “Templo destruído” principia com uma afirmação decisiva. A Restauração de 1640 “teve impacto significativo na história dos judeus do Recife” (p. 311). Através dele regressa-se ao padrão macro-analítico, para se vincar como os efeitos de larga escala têm impacto decisivo nos percursos individuais de cada um. Isso é certo, certíssimo, mas reclama duas questões. Se assim é, por que motivo não se procurou articular mais factos “macro” nas biografias que foram analisadas, nas quais, sobretudo na de Isaac de Castro se leva o leitor a entender que todos aqueles homens foram senhores absolutos do destino/percurso das suas vidas? Teriam, de facto, sido totalmente senhores das suas vidas? Segunda questão. E o “micro” não determina igualmente o “macro”? Por que razão não se sublinhou isto? Veja-se como o relaxamento do mesmo Isaac de Castro teve enormes implicações nas relações entre Portugal e as Províncias Unidas, bem como os impressionantes efeitos que alcançou na memória dos judeus e do judaísmo até ao presente.

O capítulo, no fundo, funciona como epílogo do livro e da história dos judeus novos no Brasil Holandês. Esclarece, em suma, como se chegou ao fim desta experiência e como os judeus de origem portuguesa no Brasil holandês para protegerem o seu judaísmo e os seus negócios lutaram quase sempre ao lado dos holandeses nas guerras pela defesa do Pernambuco ante a ameaça lusitana. Até ao desaparecimento da sinagoga do Recife (1654). Assim terminava o sonho de uma “Jerusalém colonial” e, como o autor bem viu, “com a derrota holandesa os judeus saíram de cena e a Inquisição voltou ao palco” (p. 362).

As incursões propostas no capítulo foram clarividentes e acertadas. Todavia, parece-me ser aquele menos inovador de todo o estudo. Assim, sem aportar novos dados, sustenta-se que o Santo Ofício, sobretudo através do envolvimento do inquisidor geral, D. Francisco de Castro, na conspiração

contra D. João IV (1641) e, posteriormente, pela condenação de alguns cristãos-novos seus apoiantes, esteve do lado contrário dos interesses da nova dinastia de Bragança. Isto é, manteve-se um bastião da monarquia filipina, como se escreve em vários momentos do texto (sobretudo p. 314-15). Esta tese não foi demonstrada e limitou-se a seguir o que outros anteriormente já disseram (basicamente Lúcio de Azevedo), revelando desconhecimento de análises mais recentes (Ana Isabel Lopez Salazar Codes) que demonstram, inequivocamente, que o posicionamento da Inquisição é muito mais complexo e que também ela esteve dividida. Houve gente sua que seguiu Castela e outra que, desde a primeira hora, alinhou com o rei restaurador. É igualmente discutível a ideia de que essa vinculação da Inquisição aos filipes após 1640 se teria devido ao facto de ter sido muito beneficiada durante os anos da união das duas coroas. Se o argumento de que os inquisidores-gerais até foram várias vezes vice-reis no Portugal dos filipes pode conduzir à ideia de um aumento do poder e favorecimento da Inquisição, não se pode ocultar que esses mesmos inquisidores-gerais tiveram que enfrentar políticas fortemente invasivas e contrárias aos interesses do Santo Ofício português, ensaiadas a partir do reinado de D. Felipe II (de que destaco o perdão geral de 1604-05, o édito da graça de 1627, as tentativas para reformular o processo de escolha dos deputados do Conselho Geral, a reforma do Fisco, e até a submissão da Inquisição portuguesa à Suprema, etc.). E também me parece claro que o sucesso da Restauração não se deveu apenas às debilidades vividas pela Espanha e ao apoio dos cristãos-novos portugueses. Nem sequer a “maioria da grande nobreza” e do “alto clero” estiveram com D. Filipe IV. Esta é também uma visão simplificadora (p. 315). Entre os grandes da nobreza e do clero houve gente dos dois lados. Para além disso, o que escapou ao autor, é incontestável o apoio fornecido ao novo rei pela maioria dos portugueses. Por motivações muito diversificadas, é certo, tal como sucedera, aliás, em 1580, nessa ocasião colocando-se ao lado do rei de Castela. O golpe não teria tido sucesso duradouro se fosse apenas obra do punhado de nobres que assaltaram o Paço da Ribeira na manhã do 1º de Dezembro ou se tivesse contado apenas com o apoio dos escalões de topo da hierarquia social.

O mesmo (isto é, sem novidades) relativamente ao empenho do jesuíta António Vieira na defesa dos cristãos-novos e de como isso, na óptica de

Vainfas, lhe teria valido um processo inquisitorial (o qual foi analisado com evidentes simplificações e imprecisões, por exemplo, nele não se refere a presença de “odor de judaísmo” relativamente ao documento conhecido por carta ao bispo do Japão, esquecendo-se ainda que os escritos do jesuíta continham, de facto, passagens que para os padrões coevos eram evidentes heresias, entenda-se, erros de fé). Aliás, a incursão pela temática de Vieira neste capítulo parece um pouco forçada. Para que serve Vieira na economia da explicação dos motivos que levaram à “destruição do templo”, isto é, ao fim do judaísmo no Brasil holandês? A não ser que o título do capítulo tenha plurais dimensões metafóricas, algumas das quais menos evidentes para os leitores. O que não é avisado.

Como espero ter deixado claro estamos perante um aliciante, bem construído, original e importante estudo que muito enriquece o património de conhecimento sobre o Brasil holandês e, principalmente, sobre os judeus de origem portuguesa que lá se instalaram.

Opto por terminar com uma reflexão crítica. Tem ela a ver com o que considero o perigo para a História de os historiadores manejarem formas narrativas próximas do, actualmente, tão vulgarizado romance histórico. Nada tenho contra estes romances ou filmes ditos históricos, alguns dos quais de altíssima qualidade e propiciadores de deleite, enquanto obras de arte e até, admito, de aproximações possíveis à representação do passado. Só que, ao contrário do que a maioria dos seus desavisados consumidores presumem, e que os seus editores e autores tentam vender, através deles não se aprende História. Tudo isto vem a propósito do modo como Vainfas optou por utilizar parcimoniosamente o aparato de notas de rodapé para abonar algumas das propostas que fez. Não discuto, nem duvido, um instante que seja, fique isso bem claro, que o autor compulsou as fontes e de que o que escreve se suporta no que nelas viu. Conheço-o pessoalmente, bem como a sua obra prévia, para acreditar nele. Todavia, e isso é particularmente evidente na reconstituição dos percursos biográficos do capítulo 4, tal não é explicitado ao leitor e nem todos são obrigados a ter o primado de “crença” que eu tenho no autor. Não se trata apenas de um formalismo, da obediência a certas rotinas historiográficas, entenda-se. Trata-se antes de permitir a quem lê, ajuizar melhor como foi possível chegar a determinada informação e perceber a pertinência da interpretação que o autor dela propõe, e até, o

que não pode deixar de preocupar o historiador, consentir que o leitor tenha a possibilidade de, por si próprio, chegar à fonte de onde tudo nasceu. E o que sucederia à História se todos optássemos por começar a escrevê-la sem fornecermos, no momento exacto e com rigor, as fontes que compulsámos? Na prática, ao optar por um uso contido do aparato crítico, Vainfas colocou a sua narrativa, por vezes, num registo próximo do romance histórico. Perigosamente vizinho do romance histórico. Assim o entendo eu, apesar de admitir que a fórmula possa propiciar uma leitura mais agradável do texto. É, todavia, uma concessão que comporta perigosos riscos, para a História, entenda-se. E, por essa via, para os próprios historiadores. Não será uma forma de autofagia?

José Pedro Paiva

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da U. C.
lejpaiva@fl.uc.pt

PELÚCIA, Alexandra – *Corsários e piratas portugueses. Aventureiros nos Mares da Ásia, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, 213 p.*

Entre os objectos privilegiados na produção cultural do século XXI estão a pirataria e o corso. Práticas que atravessam a longínqua Antiguidade até ao presente – vejam-se os ataques na costa da Somália – tanto em águas ocidentais, como orientais, a pirataria e o corso encontram manifestações na literatura, em obras como *A Ilha do Tesouro* e *O Corsário Negro*, no cinema, com o êxito de *Os Piratas das Caraíbas*, cujo sucesso levou a um recente quarto filme da série, e até no léxico adaptado às modernas realidades tecnológicas, do qual o termo *pirataria virtual* e o famoso website *Piratebay.org* são exemplos. Porém, apesar da projecção no domínio do entretenimento, esta temática não tem merecido tanta atenção por parte dos historiadores, pelo que o estudo em apreço é trabalho inovador no campo da historiografia.

A autora exerce funções de docência na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, desde 2001, nas áreas de História da Expansão Portuguesa e História da Ásia. É também investigadora